A verdadeira riqueza e a origem do dinheiro

Restaurando a visão clássica sobre a economia

Mateus Larsan, S.C.R.E.
Fundador da Ação Restauracionista

Revisão: Wladimir Caetano

Resumo: Este artigo busca elucidar, por meio da História, das Sagradas Escrituras e da Filosofia, o enigma da origem do dinheiro. Além da exposição das visões clássica e feudal da economia (síntese aristotélico-tomista), será apresentado um breve panorama do pensamento econômico, com algumas considerações sobre a origem do dinheiro e as consequências da monetização social. No fim, serão delineadas soluções que visem à reordenação econômica da sociedade.
Palavras-chave: economia; sociedade; moeda; dinheiro.

***

A VERDADEIRA ECONOMIA É INDISSOCIÁVEL DA MORAL

A Economia era estudada como um ramo da moral, ou seja, era pautada pelos valores morais do homem e sua visão de mundo. Ela não era tradicionalmente estudada como uma ciência eficientista e abstrata que buscasse guiar a sociedade para a máxima produção, fechando assim um circuito no qual o homem produzisse com o fim mesmo de produzir. Tampouco era estudada como a observação isenta e imparcial daquilo que o homem faz, sem o intuito de tecer juízos de valor nem direcionar a sociedade para algum fim determinado. A Economia só veio a ser entendida assim séculos depois de Santo Tomás de Aquino, já na modernidade. Antes disso, ela era o estudo daquilo que o homem faz tendo em vista a aquisição e utilização de recursos para a *oikos* e a *pólis*, sem deixar de considerar o âmbito moral.

DEFINIÇÕES DE ECONOMIA, CASA E FAMÍLIA

Antes de um aprofundamento na visão clássica da economia, é necessário desfazer certos equívocos comuns envolvendo idéias indissociáveis da economia real, como os conceitos de casa e família.

A palavra economia deriva do grego *oikonomía*, composição de *oikos*, que pode ser traduzido por “casa” ou “moradia”, e *nomos*, que pode ser traduzido por “lei”, “norma”, “costume” ou “regra”. Na acepção latina, *oeconomia* significa disposição, ordem, arranjo. **Economia é, portanto, a lei da casa, ou como a casa deve ser organizada.**

A idéia de casa (o *oikos* grego), tradicionalmente ligada ao conceito de família, sofreu um processo de ressemantização ao longo da modernidade.[1] Casa, nos nossos dias, é essencialmente o dormitório dos trabalhadores, os quais frequentemente têm relações de parentesco. Mas nem toda casa é formada por uma família. Casa também não tem mais o sentido clássico de propriedade ligada à terra, pois hoje as pessoas se mudam com muita facilidade. E casa também não é mais a construção destinada a reunir a família, visto que nos apartamentos modernos mal há espaço para os que neles residem.

O conceito de família também foi ressignificado. O que se entende hoje em dia por família – e ainda assim com controvérsias – é a família nuclear: pai, mãe e filhos.[2] Em seu sentido clássico, família é todo o agregado familiar: avôs, filhos, irmãos, primos, tios, netos, etc. Ou seja, ela é o coletivo de várias famílias nucleares unidas por antepassados em comum.[3]

Aristóteles observou que a palavra grega para casa sofreu mutações com o passar do tempo: para uma primeira geração, ela trazia um significado; para uma segunda geração, já era outro, e assim sucessivamente. Isso se dava porque os filhos expandiam a casa dos pais, a fim de comportarem as suas próprias famílias, e assim com os netos, etc.

AS DUAS FUNÇÕES DA ECONOMIA: AQUISIÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

Aristóteles exemplifica algumas formas naturais de aquisição de recursos: a caça, a pesca, a agricultura, o pastoreio e o roubo. O filósofo chama a aquisição de recursos de crematística.[4] Ele ensina que os homens adquirem recursos para serem utilizados em suas *oikoi.* Então, para além da arte da aquisição, haveria também a arte da utilização – a culinária, a marcenaria, a domesticação de animais, etc. **Portanto, caberia à economia estudar como o homem adquire e utiliza os recursos à disposição para a sua *oikos.***

AS TROCAS

---

[1] Em poucas palavras, entende-se aqui modernidade como a inversão sistemática da ordem natural.

[2] No Brasil de hoje cerca de metade dos filhos cresce sem os pais.

[3] A Wikipédia apresenta uma definição breve e correta do termo: "*Oikos* (grego: οἶκος, plural: οἶκοι) o equivalente ao termo "agregado familiar" na Grécia Antiga, é o conjunto de bens e pessoas que constituía a unidade básica humana prévia ao surgimento das primeiras *pólis* gregas, formado pela família em sentido amplo (além da família nuclear) incluindo esta, desde a cabeça do *oikos* (o *telestai*, geralmente homem sênior e, por isso, inspirador da figura do *pater familias* romano) até os aos ajudantes e os animais que viviam juntos no ambiente doméstico".

[4] Na obra aristotélica, crematística assume alguns sentidos; confira o gráfico apresentado no apêndice deste artigo.

Em sua obra *Política,* Aristóteles diz que as *oikoi* se associam em tribos visando à mútua proteção, e que a natureza não distribui os recursos igualmente a todos: a uns concede certos bens em abundância, a outros provê com bens diferentes. E assim os homens naturalmente recorreriam às trocas, às quais o filósofo chamou de crematística domiciliar.

Aristóteles ensina que dentro da *oikos* não haveria trocas, pois tudo seria provido pelo *telestai*, o chefe da família. O objetivo das trocas, segundo o Estagirita, seria corrigir as deficiências da natureza e **alcançar a autossuficiência de cada *oikos***. O princípio regente das trocas nesse estágio do desenvolvimento civilizacional não seria, portanto, o da justiça ou equidade, mas o da *chreia* (χρεία), "necessidade", "uso" ou "utilidade". Ou seja: as *oikoi* trocariam bens entre si visando a suprir cada qual as suas próprias necessidades, e oferecendo o excedente uma para a outra sem a preocupação de alcançarem um equilíbrio matemático exato e preciso – afinal, todos ali pertencem ao mesmo povo e, por isso mesmo, desejam naturalmente a manutenção desse vínculo. Assim, eventuais diferenças de valor obtidas nas trocas, seja para mais ou para menos, seriam irrelevantes ou naturalmente equalizadas com o passar do tempo.

Segundo o antropólogo americano David Graeber, nesse estágio civilizacional não haveria a necessidade de um sistema preciso de contas, pois todos supririam as suas demandas, vendo-se uns aos outros como aliados de longo prazo. Então, o que A estivesse devendo para B num dado momento seria compensado no futuro com o que B tivesse a oferecer a A.[5]

A FILOSOFIA DE ARISTÓTELES E A ÉTICA NA JUSTIÇA

A obra aristótelica é inteiramente organizada segundo uma hierarquia: tudo é disposto do menor para o maior, do tangível para o intangível, do fundamento para as consequências. Antecedendo a política (que, por sua vez, antecede a economia), a ética em Aristóteles lhes dá fundamento. E, em certo sentido, é ela quem limita as outras duas. Sendo assim, antes de se entender a política e a economia, é necessário compreender o papel subordinante da ética.

Aristóteles faz duas grandes reflexões sobre economia e dinheiro em sua obra: a primeira em *Ética a Nicômaco*, livro V; a segunda em *Política*, livro I. Antes de tratar do dinheiro como instrumento de troca, o Estagirita faz reflexões sobre a natureza do dinheiro como unidade virtual de conta dentro do estudo da justiça distributiva e reparativa. Cabe aqui salientar que o estudo da justiça antecede o do dinheiro, e não o contrário.

Sintetizaremos de acordo com as definições de Jadir Antunes (2013), já que não é a pretensão deste artigo se alongar no estudo da justiça segundo Aristóteles.

---

[5] Cf. *Debt: the first 5000 years* (Brooklyn, New York: Melville House, 2011). Disponível em: <https://archive.org/details/DebtTheFirst5000Years>. Acesso em: 26 nov. 2024.

A **justiça distributiva** tem sua esfera de ação na repartição dos bens da comunidade entre os seus membros. Esse é o caso da repartição dos bens comunitários adquiridos através de um empreendimento comum – como os saques provenientes da guerra. A **justiça corretiva** tem sua esfera de ação na correção das injustiças cometidas em transações privadas. Ao contrário da justiça distributiva, que tem como princípios a desigualdade natural de mérito e a proporcionalidade geométrica descontínua, a justiça corretiva tem como princípios a igualdade entre os homens e a proporcionalidade aritmética.

Logo, para haver a justiça, seria necessária certa comensurabilidade entre os bens medidos. É daí que surge a necessidade de uma medida de valor externa a esses mesmos bens. O dinheiro aparece então como unidade virtual de conta (UVC).

O DINHEIRO COMO UNIDADE DE CONTA

A necessidade de uma unidade virtual de conta surge em três momentos. O primeiro, dentro de uma sociedade tribal sem contato externo, quando há conflitos internos que exigem um cálculo bastante preciso. Por exemplo, quando um membro machuca o outro ou quando alguém causa um dano a uma propriedade coletiva. Digamos que João mate uma galinha de Pedro de modo intencional, e não acidental. Seria justo que o culpado pagasse apenas uma outra galinha? Não seria justo que ele pagasse mais do que uma galinha como forma de punição pelo seu crime? Isso é o que Aristóteles chamou de justiça corretiva – o quanto A tem de pagar a B. Tal caso se torna ainda mais complexo se A não tiver galinhas, mas apenas porcos, por exemplo. Quantos porcos equivaleriam a uma galinha? É nesse contexto que a humanidade necessitou criar um sistema de contas que pudesse mensurar os bens visando à justiça corretiva.

O segundo momento, ainda internamente à tribo, é quando há a necessidade de se fazer uma divisão dos frutos de um empreendimento coletivo, como um saque de guerra. Quanto seria justo que cada um recebesse de prêmio ou recompensa? Digamos que o butim fosse de gados, terras, escravos, frutas e peixes. Qual teria sido o empenho de cada um durante o empreendimento? Todos mereceriam receber tudo igualitariamente? Na falta de peixes para um, quantos peixes equivaleriam a quantas frutas?

Veja-se que o dinheiro como unidade virtual de conta é fruto de uma potência natural da inteligência humana. Todos os povos antigos buscavam usar certas coisas como unidade de medida com a qual pudesse comensurar os diversos objetos, fossem elas conchas, metais ou grãos. É por isso que Aristóteles afirma que o dinheiro é uma convenção, porque foi convencionado pelos homens para esse fim. Isso não quer dizer que em algum momento a unidade de medida não fosse usada também como pagamento, como se verá mais adiante. O importante aqui é entender as diferentes funções do dinheiro.

O terceiro momento em que a necessidade de uma UVC surge é quando diferentes tribos negociam entre si, povos distintos em cuja relação o interesse único e exclusivo seja o ganho material, e nada mais. É o caso, por exemplo, de Abraão com os hiititas, ao comprar a sepultura de Sara. Segundo o jesuíta Cornélio A. Lápide, magnífico comentador das Sagradas Escrituras, Abraão insistiu em não aceitar presentes dos hiititas pois não queria se misturar de modo algum com os povos idólatras; e também fez questão de que a compra fosse anunciada entre as tribos hiititas para que no futuro não houvesse confusão e a sepultura viesse a ser reclamada como de propriedade comunitária.

Conclui-se então que as unidades virtuais de conta surgem quando há uma necessidade de separar o que pertence a um e o que pertence a outro, quando o vínculo comunitário se encontra em segundo plano, e as posses materiais, em primeiro plano. Elas são uma potência natural da inteligência humana, atualizada espontaneamente em todas as sociedades; são tão naturais quanto o metro, o quilo, o côvado ou a jarda.

O DINHEIRO COMO MEIO DE TROCA

Abraão comprou a sepultura por 400 siclos de prata recém-pesada e de boa qualidade. Pesar essa mercadoria metálica ocasionalmente não era um grande problema. Contudo, com o comércio habitual entre os povos, surgiu a necessidade de um método mais eficiente que garantisse o peso e a pureza do metal, a fim de se agilizarem as trocas. É assim que a moeda metálica passa a ser cunhada e a face do governante nela estampada. Na prática, isso significa que esse governante garantiria que aquele pedaço de metal teria um peso *x* e uma qualidade *y*.

A EVOLUÇÃO DO DINHEIRO ATÉ OS DIAS DE HOJE

Eventualmente, o dinheiro foi imposto pelos conquistadores aos povos conquistados com o intuito de se forçar a criação de mercados, inserindo-se as tropas conquistadoras dentro de sociedades fechadas, sobretudo para que houvesse uma rede de abastecimento a esses mesmos invasores. Assim surgiu a moeda de curso forçado, imposta por Alexandre, o Grande. Ressalta-se que aqui a moeda já não é mais um mero meio de troca, mas um instrumento de dominação.

Os romanos herdaram essa prática, e já durante o império começaram a desvalorizar as suas moedas, reduzindo o percentual de pureza enquanto mantinham o valor de face, efetivamente fraudando os portadores da moeda. Tal expansão da base monetária é chamada por alguns economistas de inflação. A prática da inflação da moeda continuou na Baixa Idade Média, tomando enormes proporções com o terrível Felipe IV da França.

No início da Renascença, com a criação do sistema bancário, iniciou-se a emissão do “ouro de papel”, os chamados certificados de depósito bancário, os quais equivaliam teoricamente a uma determinada quantidade de ouro supostamente depositada nos bancos. Rapidamente os banqueiros inventaram a reserva fracionária, outra modalidade de fraude na qual os depósitos não equivaliam ao montante circulante de certificados. Quando os depositantes descobriam que havia menos ouro do que o prometido, ocorriam as famosas corridas bancárias.

Esse foi resumidamente o desenvolvimento do sistema bancário até o surgimento da moeda puramente fiduciária, sem nenhum tipo de lastro. O seu marco definitivo se deu em 1971, quando o então presidente norte-americano Richard Nixon aboliu a conversibilidade do dólar em ouro.

A moeda fiduciária nos moldes modernos é o cúmulo da fraude, pois é em si mesma uma fraude. Ela não tem mais nenhum uso intrínseco à sua natureza e é inteiramente regida pelos governos e seus bancos centrais. A moeda moderna não tem mais nenhuma relação com a sua origem. Não é mais uma mercadoria universalmente aceita. É algo sem nenhum valor na sua criação e imposto a um povo com o intuito de controlá-lo e guiá-lo. É uma criação *ex nihilo* de banqueiros, uma estranha “riqueza” sem nenhum tipo de vínculo natural com a realidade.

A TEORIA DO VALOR INDUZIDO DA MOEDA, OU COMO O DINHEIRO ADQUIRE VALOR

Para a boa compreensão do surgimento do dinheiro como meio de troca, é necessário entender que o valor monetário não se encontra nos bens, mas nas convenções humanas a respeito deles.

Na esteira do pensamento de Aristóteles e Ezra Pound, o jurista e economista italiano Giacinto Auriti argumenta que a moeda seria uma convenção e só teria valor na medida em que fosse aceita por determinada comunidade. O dinheiro nasceria sem valor, e só adquiriria valor quando aceito. Na aceitação de um dinheiro, ocorreria uma dupla operação: num primeiro momento, a indução do valor do bem no dinheiro: com a realização da troca, o vendedor ficaria sem o bem, detendo somente a representação simbólica do valor desse mesmo bem; mas essa representação simbólica em si mesma só teria valor caso outra pessoa aceitasse a mesma convenção de que aquela quantidade de dinheiro vale tal bem. Auriti ilustra a explicação com a história de um homem que cai numa ilha deserta portando uma mala cheia de dólares e é desprezado ao tentar comprar comida dos selvagens com esse papel-moeda: como ninguém aceitou o seu dinheiro, ele não tem qualquer valor.

COMO SE DEU A MONETIZAÇÃO DAS MERCADORIAS? OU COMO O METAL VIROU DINHEIRO?

Explicado o funcionamento teórico do valor da moeda e esclarecido que o dinheiro não é uma coisa, mas uma convenção, tratarei agora da origem histórico-filosófica da monetarização dos bens.

Como o ouro e a prata deixaram de ser negociados como simples mercadorias e passaram a ser trocados como dinheiro ou, em linguagem econômica, como instrumento de troca? Esse é um fenômeno que certamente ocorreu em vários locais e em vários momentos, e provavelmente ocorreria de novo caso um grupo de homens selvagens fosse habitar uma ilha deserta.

Com Aristóteles, entende-se que todos os objetos têm uma dupla finalidade: o seu uso próprio e impróprio. O uso próprio da sandália é calçar os pés, o uso impróprio é a possibilidade de ser trocada por outro bem. Na economia baseada na *chreia* ("necessidade"), esse uso impróprio, limitado pelo tamanho das tribos, passou a ter com a expansão do comércio um uso potencialmente infinito, de modo que algumas mercadorias se tornaram mais valorizadas pelo seu fim impróprio do que pelo seu fim próprio. Então o homem deixou de desejar ter para usar, mas ter para trocar por outra coisa que, por sua vez, também pudesse ser trocada por ainda outra coisa. Ao se valorizar mais o fim impróprio que o próprio, houve um descolamento entre o valor intrínseco de um bem e o seu valor de mercado. Porque o ouro só pode ser valorizado enquanto ouro na medida do seu potencial produtivo, tendo um uso industrial ou ornamental. Mas o ouro enquanto objeto de riqueza pode ser infinitamente valorizado por quem valoriza infinitamente a riqueza. Eis aí a razão do descolamento entre valor de mercado e valor de uso.

Inicialmente, o valor de troca de um produto estava atrelado ao seu uso primário. O "lastro" do bem como instrumento de troca é o seu uso primário. A contumácia do uso secundário como sua finalidade primária é a perversão do objeto. É daí que surge a monetarização da mercadoria: quando o homem se habitua com as trocas entre tribos, as quais não visam mais à autossuficiência, e sim ao acúmulo de riquezas materiais através do comércio.[6] A autossuficiência é, por definição, limitada, mas o desejo desordenado de posse é ilimitado. **A monetarização da mercadoria, portanto, é consequência da transferência do desejo infinito e ilimitado para um bem finito e limitado.**

A VISÃO TOMISTA DO DINHEIRO

Santo Tomás de Aquino, em seu comentário à *Política* de Aristóteles, livro I, lição 8 diz:

> As riquezas que são adquiridas pela arte pecuniativa, isto é, a [arte] cambista, que é toda acerca do dinheiro, é infinita, o que pode ser

[6] O mau comércio, segundo Aristóteles, é a crematística comercial, que é anti-natural.

demonstrado pelas seguintes razões. O desejo do fim, em cada arte, é infinito, enquanto que o desejo daquilo que se relaciona para com o fim não é infinito, mas possui um limite de acordo com a regra e a medida do fim, como a arte medicinal pretende sanar até o infinito, na medida em que induz a saúde, o tanto quanto pode. Ela não ministra, porém, os remédios o tanto quanto pode, mas segundo uma certa medida, tanto quanto isto for útil para a recuperação da saúde. O mesmo pode ser dito para com todas as demais artes.

A razão disto consiste em que o fim é, segundo si, apetecível. Ora, o que é assim segundo si, quanto mais o for, mais o será.

O dinheiro, porém, está para a arte pecuniativa cambista como um fim. O que ela pretende é a aquisição do dinheiro. O dinheiro, porém, não está para com a arte econômica como um fim, mas como algo que se ordena a um fim, que é o governo da casa. **Portanto, a arte pecuniativa busca o dinheiro sem fim, enquanto que a arte econômica busca o dinheiro com algum limite.**

Embora as razões expostas pareçam indicar que haja limites para a [busca] das riquezas na arte econômica, o que entretanto se observa na realidade, é o oposto. Todos os ecônomos, de fato, buscam aumentar o dinheiro ao infinito, querendo sempre mais dinheiro pelas coisas que são necessárias para o sustento da vida.

(...) A causa desta disposição que leva os dispensadores das casas à busca do aumento do dinheiro ao infinito consiste em que os homens se preocupam em viver de qualquer modo não, porém, em viver bem, que é o viver segundo a virtude. **Se, de fato, quisessem viver segundo a virtude, ficariam contentes com aquilo que fosse suficiente à sustentação da natureza.** Mas, abandonada esta busca, aplica-se cada um a viver segundo a sua vontade e, por isso, cada um busca adquirir aquilo pelo qual pode realizar a sua vontade. **Ora, como a concupiscência dos homens tende ao infinito, por isso desejam até o infinito aquilo com que podem satisfazer as suas concupiscências.**

Há alguns que tem a preocupação de bem viver, mas a este viver bem querem acrescentar tudo aquilo que pertence aos prazeres corporais, dizendo que a vida não é boa a não ser que o homem viva nestes prazeres corporais e, por isso, estes buscam as coisas pelas quais podem realizar estes prazeres corporais. E ora, isto parece ser possível aos homens pela multidão das riquezas e, portanto, todo o cuidado deles parece consistir na aquisição de muitas riquezas. [Estes homens, embora busquem de algum modo a vida virtuosa, não a buscam retamente e, por isso, acabam buscando o dinheiro ao infinito]. [Há outros ecônomos, entretanto, os quais, inteiramente esquecidos da vida virtuosa, ao contrário dos anteriores], pretendem usufruir dos prazeres corporais até o excesso e, por causa disso, buscam aquilo pelo qual podem satisfazer a tais excessos, que é a multidão das riquezas.

Há [finalmente, um terceiro tipo de ecônomos] que, às vezes, não conseguem apenas pela arte pecuniativa adquirir suficientemente aquilo pelo qual possam satisfazer o excesso das deleitações

> corporais. Buscam, por este motivo, adquirir as riquezas por outros meios e abusam, por isso, de qualquer potência, isto é, qualquer virtude, qualquer arte ou qualquer ofício, os quais passam a ser usados não segundo a sua natureza.
>
> É assim que a fortaleza é uma virtude, cuja obra própria não é o ajuntamento do dinheiro, mas fazer o homem audaz para a luta e a defesa. **Se alguém, portanto, usa da fortaleza para juntar riquezas, não usa da fortaleza segundo a natureza. Semelhantemente, a arte militar é por causa da vitória e a arte médica, é por causa da saúde. Nenhuma destas duas é por causa do dinheiro. Há, porém, alguns que usam a arte militar e a arte médica, convertendo-as em instrumentos para a aquisição do dinheiro, transformando ambas estas artes em pecuniativas, isto é, aquisitivas de dinheiro, ordenando-as para o dinheiro como a um fim ao qual importa ordenar tudo o mais.**
>
> Existe, portanto, uma arte pecuniativa não necessária, aquela que adquire o dinheiro até o infinito e que faz do dinheiro o seu fim. **A causa pela qual os homens necessitam desta pecuniativa é a sua infinita concupiscência.** Há, também, outra pecuniativa necessária, que difere da anterior. Esta adquire o dinheiro até um determinado limite por causa de um outro fim, que é a posse do que é necessário à vida.
>
> A arte econômica pertence propriamente às coisas que são segundo a natureza. Esta não é infinita como a primeira pecuniativa, mas possui os seus limites.[7]

Então segundo Santo Tomás e Aristóteles, o dinheiro como instrumento de troca não tem uma origem natural, mas psicológica, humana e convencional. Sendo impossível ao homem tudo possuir, ele projeta o seu vício num bem, pretendendo, segundo essa ilusão, dominar a tudo e a todos. Para que ele sacie a sua insaciável avareza, é necessário que mude o significado de riqueza: ao passo que a verdadeira riqueza se constitui de terra, família, gado, armas, a casa e tudo o mais que seja necessário e ordenado ao bem viver, a falsa riqueza é simbolicamente representada pelo dinheiro e o desejo desenfreado de infinita satisfação da concupiscência transferido a esse objeto.

Contudo é fácil perceber o quão difícil é ter uma imensa quantidade de riqueza quando esta não é fácilmente acumulável. Há uma anedota de um homem que ouviu dizer que a propriedade era delimitada pela cerca. Ele então teve a brilhante idéia de cercar um pequeno espaço de um metro quadrado vazio e declarar que tudo o que estava “dentro” da cerca era sua

---

[7] Excertos dos *Comentários de Santo Tomás de Aquino à Ética e à Política de Arisóteles*, volume 2. São Paulo: Associação Centro Hugo de São Vitor, 2020, p. 45–48.

propriedade – entenda-se “dentro” como tudo aquilo que normalmente se entende como “de fora”.

Como um homem teria sozinho um milhão de cabeças de gado? Como ele cuidaria e protegeria bilhões de alqueires? De que serviria ter um oceano de milho? É evidente que este impulso natural de ter e possuir é limitado pela necessidade e utilidade. Então, para dar vazão ao desejo desordenado de tudo ter e a todos dominar, é necessário que a riqueza seja algo com a propriedade de ser infinitamente acumulável. Como tal objeto não existe na natureza, então o homem o inventou.

Quando a riqueza perde o seu sentido e finalidade original e se torna um objeto único – o dinheiro – ela vira um instrumento de controle de quem tem contra quem deseja. Quão conveniente é para o dono das minas de ouro que os homens aspirem a ouro! Quão conveniente é para a elite banqueira que os trabalhadores busquem o dólar que eles mesmos criam! Quão conveniente é para o dominador que ele mesmo produza o objeto de desejo do dominado!

O amor ao dinheiro é a raíz de todos os males (I Tm 6,10). Quando todos os homens buscarem na vida tão-somente dinheiro, tornar-se-ão escravos dos donos do dinheiro – os únicos que não o buscam, pois já o têm e o criam sem esforço.

Será possível ao homem construir um sistema em que seja possível fugir das maldições impostas por Deus quando da expulsão do Éden? *Tirarás da terra o sustento com trabalhos penosos todos os dias da tua vida (...) e comerás o pão com o suor do teu rosto* (Gn 3,19).

A usurocracia[8] é um sistema que permite a alguns homens viverem à custa de muitos. Alguns homens comem do suor do rosto alheio pois escravizam estes homens através da mágica da suposta “multiplicação” da riqueza através dos números.

QUAL É A REAL NECESSIDADE DO DINHEIRO?

Como visto até aqui, o dinheiro como instrumento de troca não era necessário nos intercâmbios iniciais entre povos. O conceito de “povo”, entendido como uma grande família composta por várias famílias, caracteriza-se pela posse em ambundância: tanto grandes necessidades quanto grandes excedentes, e várias habilidades. Quando dois povos necessitavam fazer trocas (*crematística comercial*), o acordo era relativamente simples: um grupo desejava uma mercadoria que o outro possuía em excesso e oferecia em troca algo de que este necessitava.

Um exemplo histórico é a chegada dos portugueses ao Brasil, quando ofereceram objetos como espelhos em troca de ouro e pau-brasil. Esse tipo de troca não demandava o uso de dinheiro para viabilizá-la; bastava que as

[8] Termo empregado por Ezra Pound e Giacinto Auriti para designar o sistema político-financeiro baseado na usura.

necessidades mútuas fossem reconhecidas e uma proposta de troca fosse apresentada. Em larga escala, trocas entre grandes entes, com múltiplas necessidades e bens em abundância, tendem a ser mais fáceis de se concretizar.

O PROBLEMA INESCAPÁVEL DE UMA ECONOMIA USURÁRIA

Entre os pensadores clássicos pré-renascentistas, era comum a visão de que a usura fosse um roubo e um grande mal à sociedade. Sendo o principal acrescido dos juros necessariamente maior do que o principal (P + J > P), a usura é, em essência, a cobrança de mais moeda do que o inicialmente emprestado. O montante de capital disponível para empréstimo é limitado pelo capital já existente. Entretanto, a quantia exigida a título de juros não está limitada pelo total de dinheiro circulante. Isso significa que é possível haver mais dívida que moeda disponível. Não somente é possível como também é historicamente comprovado. Conclui-se que em uma economia usurária a quitação de todas as dívidas é impossível, pois as dívidas tendem a superar a quantidade total de moeda.

Na falta de moeda para a quitação de seus débitos, há uma solução temporária e duas definitivas: a temporária é a rolagem da dívida com o adiamento do pagamento e refinanciamento do débito anterior; as permanentes são ou o perdão ou a expropriação e escravização. Em suma: se as dívidas não forem perdoadas, as famílias serão obrigadas a pagá-las ou com os seus bens ou com os seu trabalho.

O COMÉRCIO COMO FATOR DE CORRUPÇÃO SOCIAL

Semelhantes efeitos ocorrem numa economia não usurária, mas por caminhos mais indiretos e com cadeias causais menos evidentes. Se o dinheiro existe, é então possível acumulá-lo. Considerando-se um estoque finito dele, a sua concentração nas mãos de alguns implica na escassez para os demais. Pela lei da oferta e da procura, o valor é maior quanto menor a abundância. Como dinheiro é igual a poder de compra, a concentração financeira implica em concentração do poder de compra.

Nenhuma profissão tem como finalidade primária o acúmulo de moeda, à exceção do comerciante, o qual não produz nada: sua especialidade é comprar mais barato e vender mais caro, visando ao acúmulo. Assim, o seu dinheiro comprará mais na medida em que mais o tenha. Porque o dinheiro se tornará mais valioso quanto mais raro for. Enquanto o comerciante acumula sem limites, os demais produtores só acumulam na medida do necessário.

Uma economia sem comerciantes é possível, ao passo que uma economia sem produtores não o é. Mas se o feitiço da moeda contaminar a sociedade e todos buscarem o enriquecimento financeiro, então os

comerciantes se tornarão os mais poderosos. Aqueles que nada produzem possuirão tudo.

Vê-se portanto que uma sociedade regida pelo princípio da busca pelo dinheiro terá por consequência a ascensão social daqueles que menos produzem. Contudo, como a sociedade não vive do dinheiro e sim do trabalho, esse princípio tende a levar ou ao empobrecimento geral ou à criação de mecanismos de controle pela classe comercial contra a categoria dos trabalhadores.

Está posto que em uma economia monetizada haverá concentração de dinheiro nas mãos de uns em detrimento de outros. A história nos mostra que normalmente o que se deu foi o estabelecimento da usura, pois os produtores, buscando uma solução aparentemente viável, recorriam ao empréstimo sem perceber a armadilha que os aguardava.

Aceita a crematística comercial numa economia monetizada, a única forma de se manter a saúde social a longo prazo é, paradoxalmente, recusando o dinheiro ou limitando politicamente os seus efeitos.

CONSEQUÊNCIAS DA MONETARIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Quando a monetarização brota num tecido social, adentrando nas *oikoi,* o que se vê é a corrupção desse tecido. Quando o objetivo geral é a acumulação, então haverá a busca pela máxima eficiência na produção, o que implica em maximização de lucros e redução de custos, além da super-valorização dos bens materiais. O acúmulo é voltado então para o gozo específico de quem o realiza. Talvez inicialmente o acúmulo vise à satisfação de uma família em particular, mas, com o aprofundamento do princípio da acumulação desenfreada, chegar-se-á inevitavelmente ao deleite do indivíduo em detrimento da família. Isso resulta numa atomização da sociedade e no desprezo dos mais fracos e necessitados, como já se vê em países europeus nos quais idosos sofrem assassinato por eutanásia.

É preciso reconhecer que a monetarização trouxe inúmeros problemas até hoje insolúveis. E todas as teorias monetárias que resolvem um problema parecem inevitavelmente criar outro. Um dos debates mais antigos e fundamentais da economia permanece em aberto: ao estampar a sua própria imagem na moeda, o rei apenas garantiria o valor de face da moeda ou também reivindicaria a propriedade do dinheiro? Essa questão continua sem resposta satisfatória. Nenhum sistema monetário pareceu fornecer uma moeda que se mantivesse como meio de troca, sem transformar-se rapidamente num fim em si mesma.

O dinheiro tende a fortalecer o indivíduo em detrimento da família porque a moeda é facilmente possuída por ele, enquanto uma riqueza não monetária requer uma grande estrutura coesa e hierarquizada. Dada essa característica, a diferença entre muito dinheiro e pouco dinheiro é exclusivamente quantitativa, ao passo que a diferença entre uma grande e

uma pequena riqueza em seu sentido tradicional não é somente quantitativa como também qualitativa.

Ilustrando: a estrutura para possuir um milhão ou um bilhão de dólares é a mesma; já para possuir o equivalente a um bilhão de dólares em riqueza tradicional – como terras, rebanhos ou uma força de trabalho massiva – é necessário um sistema complexo que envolva não apenas bens tangíveis, mas também habilidades técnicas avançadas e uma equipe coesa. Em suma, um homem idoso e doente pode facilmente ser um bilionário em dinheiro, mas jamais possuiria e administraria grandes rebanhos ou extensas propriedades sem apoio substancial.

Por meio dos juros compostos, um só indivíduo, utilizando apenas recursos intangíveis, como contratos e transações financeiras, pode acumular uma "riqueza" monetária muito superior à riqueza material de um povo inteiro. Um exemplo marcante disso é o chamado "empréstimo da Independência", em que os Rothschilds concederam a Dom Pedro I uma quantia que nenhum governo estrangeiro daquela época possuía.

A monetização da sociedade viabiliza e facilita as trocas indiretas, que, por sua vez viabilizam um mercado de vícios. É muito mais fácil haver prostituição com o dinheiro do que sem ele; igualmente é muito mais fácil subornar um juiz com dinheiro do que com gado. O feminismo só é possível numa sociedade monetizada, como assim é provado pela história universal. Tudo isso se torna mais fácil quanto mais distante a moeda se encontra da mercadoria (ou da realidade). Quanto mais dissociado da verdadeira riqueza, mais líquido é o dinheiro.

A FALSA UNIDADE ADVINDA DO DINHEIRO

O escambo separa, enquanto o dinheiro unifica. Abraão não quis unidade com os hiititas, por isso fez um escambo. A habitualidade do comércio com povos estranhos é uma consequência do pecado original e da natureza decaída do homem, pois consiste em negociar para muito além da necessidade, tendo em vista a satisfação de sua concupiscência. Não há nada intrinsecamente errado em comercializar esporadicamente com povos estranhos, mas a habitualidade do comércio reflete a má inclinação humana.

O dinheiro como instrumento de troca foi criado dada a recorrência das trocas com povos distantes e distintos, movidas exclusivamente por ganhos materiais. A verdadeira questão não é quando o dinheiro surgiu, mas por que os homens se acostumaram a negociar com outros povos sem intenção de união. Esse hábito surgiu do amor ao dinheiro, da vontade desordenada de acúmulo infinito e da priorização do conforto sobre outros valores superiores.

O racíocínio é simples: Os homens inicialmente trocam com o objetivo de atingir a auto-suficiência; se continuam a trocar depois de atingida a auto-suficiência, já não é mais pela razão original; se o comércio deixa de ser esporádico, então se torna habitual; se o comércio se torna habitual, surge a

necessidade do dinheiro para facilitar as trocas; e esta crematística comercial já não será guiada pela necessidade doméstica, mas por alguma outra intenção, pois, se não há nada que una os povos além dos bens e conforto material, a única coisa que fundamentaria essa habitualidade do comércio é o interesse terreno das coisas deste mundo.

É altamente provável que esse fenômeno tornasse a ocorrer em poucas gerações de homens selvagens numa ilha deserta. Pesquisadores ensinaram o conceito de dinheiro a macacos: rapidamente surgiram práticas como apostas e prostituição.[9] (O homem, marcado pelo pecado, busca satisfazer às suas iniquidades, e quem quer os fins quer os meios. É necessário ao homem mau a viabilidade de sua malícia.

Não havia nada de reprovável em Abraão comprar dos hiititas a sepultura de Sara. Ao contrário, esse ato refletiu o seu desejo de manter-se puro e incontaminado diante de Deus. Foi um bom comércio de um justo com os iníquos, no qual Abraão obteve o que precisava e evitou um conflito. No entanto, ele não tinha nenhum interesse em manter relações com os hiititas, sequer pensou em criar um instrumento para estabelecer uma contínua relação materialista e comercial. O escambo, portanto, visou à separação.

Foi o homem amante de si mesmo, já possuído pelo amor à riqueza, que precisou monetizar os bens para viabilizar os seus intentos. O dinheiro proporcionou uma falsa unidade, baseada apenas em interesses materiais. O dinheiro pode unir os diferentes, mas de uma forma pervertida, fazendo com que coexistam apenas por meio do desejo de satisfazer às suas paixões.

O dinheiro não promove a verdadeira unidade entre os povos. Ela só pode ser alcançada por valores transcendentes e religiosos. Os homens, ao se aproximarem do mesmo Deus, tornam-se verdadeiramente um só povo. Mas ao se aproximarem uns dos outros por meio do comércio, só conseguem uma ilusão de unidade. Uma unidade falsa e pervertida em que todos coexistam, embora não tenham nada em comum entre si a não ser o desejo insaciável de satisfazer às suas paixões. O mesmo dinheiro que mensura bens diferentes também une homens diferentes. E assim, o dinheiro torna os homens escravos uns dos outros, na medida em que todos se tornam escravos de suas próprias paixões.

A VISÃO ECONÔMICA DA IGREJA

Até hoje um pensamento econômico sistemático não foi incorporado à doutrina católica. Durante os primeiros séculos da Igreja, até a conversão de Constantino, os católicos estavam um pouco ocupados sendo perseguidos e mortos. Depois disso, a prioridade foi o combate às heresias, algo que ocupou boa parte do tempo entre o Édito de Milão e a coroação de Carlos Magno. Tal combate ocorreu paralelamente à queda do Império Romano do Ocidente e

[9] Cf. https://youtu.be/hHLhcyK1hgg; e também: https://www.youtube.com/watch?v=DUd8XA-5HEk

conversão dos bárbaros. Da coroação de Carlos Magno até a crise do papado no início do segundo milênio, o período foi relativamente breve e marcado por turbulências, como as invasões islâmicas e os conflitos com a Igreja Oriental.

Já com a crise moral do clero a partir da virada do milênio, deu-se o início da decadência da nobreza e a crescente influência usurária dentro das estruturas eclesiásticas. Do Renascimento até os dias de hoje a situação só se agravou, tanto pelo aumento do problema quanto pela diminuição da capacidade reativa dos teólogos.

Em resumo, a Igreja, sempre ocupada com questões mais graves, como crises morais e teológicas, nunca considerou a economia como a origem dos problemas sociais. Por conta disso ela não desenvolveu um pensamento econômico sistemático, limitando-se a reagir a questões pontuais, sempre de forma fragmentada, sem abordar o todo.

Vê-se uma tentativa de combate ao liberalismo econômico no pontificado de Leão XIII, mas também de modo reativo, sem uma análise minuciosa da raiz da questão. E um combate tardio também, diga-se de passagem, travado após o triunfo revolucionário em boa parte do mundo.

Embora sejam necessários mais estudos para o aprofundamento e esclarecimento da história do pensamento (ou ausência de pensamento) econômico na tradição ocidental, até Santo Tomás de Aquino predominava o pensamento clássico aristotélico. No entanto, logo após o reinado de São Luís IX, iniciou-se uma profunda crise na França, marcada por desmandos dos reis na economia. Felipe IV, por exemplo, inflacionou excessivamente a moeda, reduzindo drasticamente o poder de compra. Foi nesse contexto que o Bispo Nicolau de Oresme e o Filósofo Jean Buridan se opuseram à teoria de que o rei poderia manipular a moeda a seu bel-prazer. Eles desenvolveram uma teoria monetária que se distanciava da concepção convencional e jurídica da moeda, aproximando-se de uma compreensão de riqueza substancial.

Talvez de forma involuntária, Oresme e Buridan influenciaram o que viria a ser conhecido como mercantilismo, segundo a visão de muitos economistas. A escola mercantilista defendia uma aliança entre a burguesia e o rei, promovendo a ideia de que uma nação seria mais rica e poderosa quanto mais exportasse e menos importasse. Convenientemente, para maximizar o poder, o rei deveria subsidiar as exportações, enriquecendo a burguesia. Dentre os desdobramentos dessa escola, surgiu o metalismo, um pensamento econômico desenvolvido fortemente na Espanha, o qual associava riqueza ao acúmulo de metais preciosos, o que contrariava a visão clássica-feudal, aristotélico-tomista, de que o dinheiro deveria ser um meio, e não um fim em si mesmo.

Mais tarde, no século das revoluções protestantes, a flexibilização da atitude das autoridades eclesiásticas quanto ao combate à usura levou ao surgimento de novas ideias. Um pensador de origem huguenote, Bernard Mandeville, “libertou” a economia da moralidade, ao afirmar que o “vício privado” resultaria em “benefício público”. Para ele, bastava que cada

indivíduo buscasse o seu próprio interesse para que a sociedade prosperasse. Essa visão econômica intensificava a ruptura com os princípios clássicos, reduzindo a economia a uma espécie de “harmonia dos vícios”. Seguindo essa linha, François Quesnay argumentou que a economia seria uma dimensão separada da moral e que ela deveria buscar as “leis naturais” (no sentido iluminista) que regeriam a sociedade. Sua visão influenciou profundamente Adam Smith, considerado o pai da economia moderna, que consolidou a ideia de uma economia orientada para a produção.

Ainda dentro dessa revolução econômica, John Locke contribuiu para o rompimento entre economia e política ao afirmar que os indivíduos possuiriam direitos naturais e que a sociedade deveria respeitá-los, incluindo a propriedade privada, um direito natural que antecederia a política. Dessa forma, Locke cortou o vínculo entre propriedade privada e bem comum, propondo uma teoria em que a propriedade seria absolutamente independente das leis do Estado e da Religião. Em sua obra, Locke plantou as sementes do liberalismo, segundo o qual cada indivíduo deveria ser livre para usar os seus bens como desejasse, sem restrições de lei divina, moral ou política.

A SOLUÇÃO

> *Todos os que criam, estavam unidos e punham tudo em comum.*
> *Vendiam as suas propriedades e os seus bens, e distribuíam o preço por todos, segundo as necessidades de cada um.*
> *Todos os dias frequentavam em perfeita harmonia o templo, e, partindo o pão pelas casas, tomavam a comida com alegria e simplicidade de coração.*
> (At 2,44–46)

Mas, para mostrar que <u>é o viver separadamente que é caro e causa pobreza</u>, imaginemos uma casa com dez crianças, o homem e a esposa, em que ela trabalha na lã e ele traz seus ganhos de sua ocupação fora de casa. Agora, diga-me, de que forma eles gastariam mais? Tomando suas refeições juntos e ocupando uma só casa, ou vivendo separadamente? Claro, vivendo separadamente. Pois, se as dez crianças tivessem de viver separadas, precisariam de dez quartos, dez mesas, dez atendentes e uma renda proporcional a essa estrutura. Não é justamente por essa razão que, onde há grande número de servos, todos compartilham uma mesa para que as despesas não sejam tão grandes? Pois é assim: a ***divisão sempre leva à diminuição, a concórdia e o acordo levam ao aumento.*** — Homilia de São João Crisóstomo sobre Atos dos Apóstolos nº 11. Devido a esse comentário, Ludwig von Mises chamou o santo doutor de “comunista”.

É necessário que os católicos tenham uma vida corretamente ordenada e coloquem a economia a serviço da família, da Pátria e de Deus. Também é

necessário entenderem que o dinheiro é um meio, e não um fim em si mesmo. Santo Tomás ensina e Oresme corrobora que trocar o trabalho por dinheiro para trocar o dinheiro por pão não é algo mau em si mesmo. Considerando que vivemos num mundo mamônico, é possível traçar as seguintes atitudes para o católico fugir da perversão moderna da economia:

1. Reaprender a arte de adquirir recursos. O mundo ultra-financeirizado em que nós vivemos nos direciona para o caminho mais complexo em vez do mais simples. O homem moderno, para satisfazer à necessidade de comer, prefere antes arrumar um emprego que lhe exija mil compromissos e desgastes sem nenhuma relação com a comida de que necessista, tudo para que, no final do mês, ele troque o salário por alimentos. A economia tradicional é simples, direta e objetiva: torne auto-suficiente a sua *oikos*. Aprenda a plantar sua própria comida. É um jeito muito simples de se começar.
2. Reaprender a arte de utilizar os recursos. Em *Libido Dominandi*, o autor E. Michael Jones diz que até a Primeira Guerra Mundial 90% dos pães consumidos nos Estados Unidos eram produzidos dentro de casa. E dos 10% vendidos em padarias, a maior parte era de pão *gourmet*, não voltado para o consumo diário. Através de muita propaganda, o sistema capitalista-liberal-industrial nos adestrou a comprar tudo de que necessitamos. Mas não precisa ser assim. Até o início do século XX as famílias compravam basicamente só os insumos; elas mesmas produziam o que precisavam. Assim trabalhavam para si mesmas, economizando dinheiro e dignificando o trabalho doméstico da mulher, que é naturalmente mais voltada para a utilização dos recursos do que para a aquisição. Até a geração dos nossos avós era muito comum que as mulheres costurassem a própria roupa da família. Então, um meio de se restaurar a economia tradicional é reaprendermos a arte da utilização dos recursos.
3. Poupar em produtos, e não em dinheiro. As Sagradas Escrituras nos ensinam que quando José teve um sonho de sete anos de abundância e sete anos de escassez, ele não “guardou dinheiro”, mas construiu silos para estocar comida. Os produtos financeirizados estão sujeitos às flutuações do mercado e às determinações do governo. O brasileiro entende muito bem que a inflação resulta em menos comida para o lar. Uma solução muito simples é estocar comida, criando assim uma poupança que não esteja sujeita à inflação. Ao invés de guardar dinheiro para comprar comida amanhã, por que não comprar hoje a comida e guardá-la para amanhã?
4. Sair das cidades. Somente pelas três maneiras já expostas fica claro que é muito mais difícil fazer todas essas coisas dentro de um

apartamento numa metrópole do que num terreno de interior. O preço médio de um apartamento de 40m² em São Paulo é 274 mil reais. Como criar filhos dentro de um apartamento? Onde estocar comida? Onde plantar tomates? Impossível. É muito provável que com menos dinheiro se compre uma terra na qual se alcance a autossuficiência. Segundo os estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), é possível ter uma casa com boa auto-suficiência a partir de 500m², através do *sisteminha da Embrapa.*[10]

5. Formar comunidades unidas pela religião e valores superiores. A evolução natural da humanidade é que, com o crescimento das famílias, os homens se organizem em tribos e as tribos em *pólis*. Não é possível ter tudo sozinho, mas é muito mais fácil e confortável ter, manter e administrar em união com outras pessoas do que só, como ensinou o grande São João Crisóstomo.

Não é a intenção deste artigo exaurir as formas de se restaurar uma economia tradicional, mas meramente apontar o problema e esboçar possíveis soluções. Há muitos outros fatores correlacionados, como segurança, educação domiciliar, etc., que não serão tratados aqui.

[10] Cf. https://www.youtube.com/playlist?list=PLKCjYHnFx7XMRXWbHLxktAcBFSAr3EZVW

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ANTUNES, Jadir. “Aristóteles e a metafísica do dinheiro”. *Problemata: R. Intern. Fil*. v.6, n. 3 (2015), p 85–110.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco.*

ARISTÓTELES. *Política*. Vega, 1998.

GRAEBER, David. *Debt: the first 5000 years*. Melville House, 2011. Acesso em: <https://archive.org/details/DebtTheFirst5000Years/page/n3/mode/2up>.

HOFFMAN, Michael. *Usury in christendom: the mortal sin that was and now is not*. Independent History and Research, 2012.

JONES, Eugene Michael. *Barren metal: a history of capitalism as the conflict between labour and usury*. Fidelity Press, 2014. Acesso em: <https://isidore.co/CalibreLibrary/Jones,%20Eugene%20Michael/Barren%20Metal_%20A%20History%20of%20Capitalism%20as%20the%20Conflict%20Between%20Labor%20and%20Usury%20(7459)/Barren%20Metal_%20A%20History%20of%20Capitalism%20as%20t%20-%20Jones,%20Eugene%20Michael.pdf>.

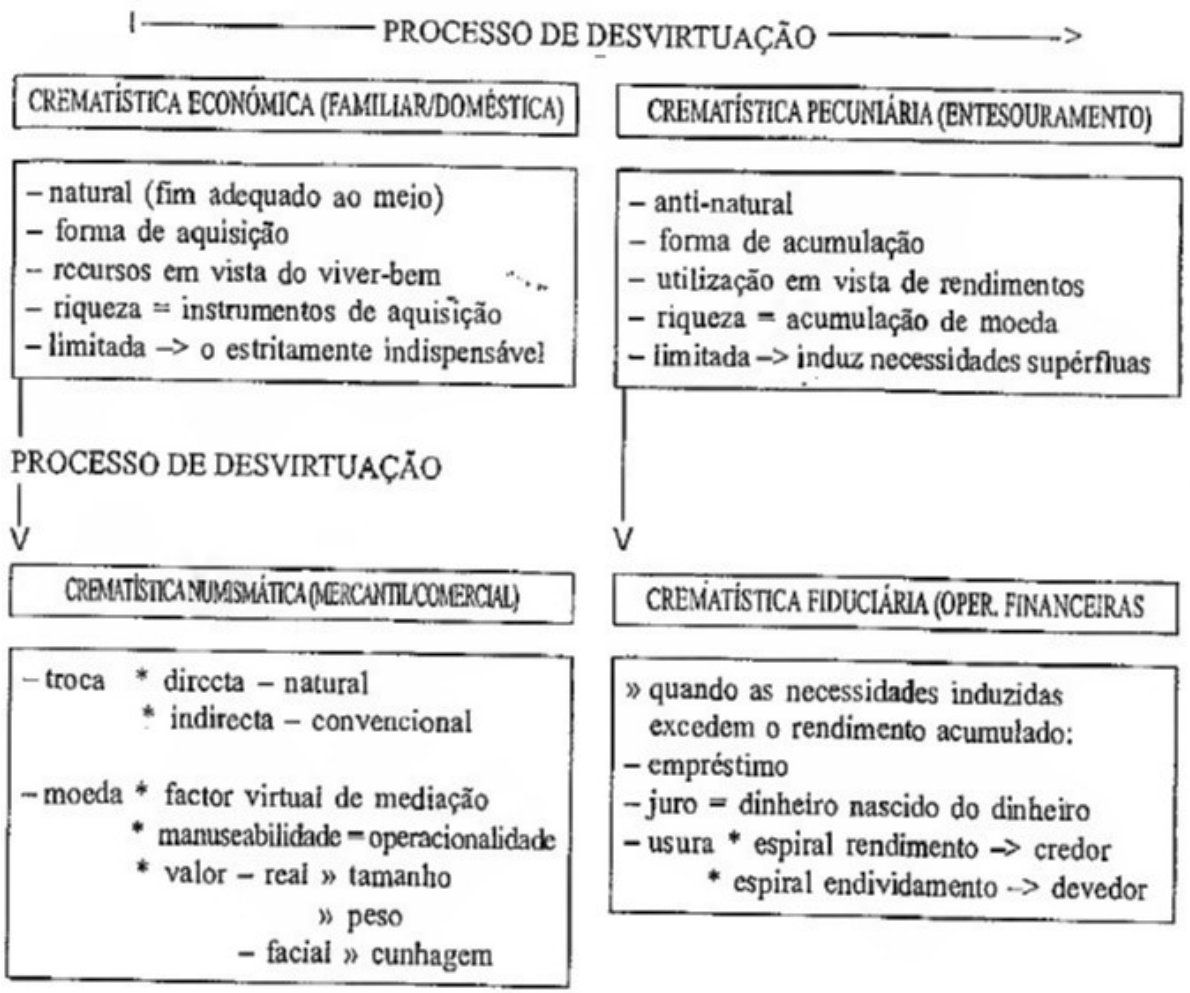
LOMBARD, Jean. *La cara oculta de la historia moderna*. Dilifollac, 1989.

NAISMITH, Rory (editor). *Money and coinage in the Middle Ages*. Brill, 2018.

PESCH, Heinrich. *Liberalism, socialism, and christian social order: the christian concept of the state*. The Edwin Mellen Press, 2001.

SANTO TOMÁS DE AQUINO. *Comentários à Ética e à Política de Aristóteles.* Centro Hugo de São Vitor, 2020.

ANEXO

Explicação dos tipos de Crematística, constante nas notas do livro A Política, Vega 1998, Edição Bilíngue.

(28) Os diversos tipos de crematistica, assim como o seu processo de desvirtuação, podem ser explicitáveis no seginte esquema sinóptico: